

Sexualidade e escola: relato de uma experiência com estudantes de ensino médio no Instituto Federal Sul-Riograndense em Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul

Sexuality and school: report of an experience with high school students at the Instituto Federal Sul-Riograndense in Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul

Luciano Moura de Mello¹

¹Prof. Dr. Colégio Militar de Santa Maria

E-mail: luciano_moura_biologia@yahoo.com.br

RESUMO: A sexualidade pode ser definida de diversas maneiras mas, basicamente, representa o conjunto de comportamentos que relaciona o sujeito ao desejo de ordem sexual e que se manifesta, segundo a concepção freudiana, já na infância, embora seja a partir da puberdade, tecnicamente, que ela se torna evidente e na forma que a viveremos durante toda a idade adulta. Este trabalho teve o objetivo de avaliar aspectos da sexualidade de alunos de 1º e 2º ano do ensino médio técnico, de um campus do Instituto Federal Sul-Riograndense em Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil, além de propor e adotar medidas educativas no âmbito da escola. Os instrumentos de coleta de dados foram questionários anônimos, respondidos por 118 estudantes de cinco turmas. A pesquisa revelou que ações de discussão sobre temas relacionados à sexualidade são de grande importância para a vida dos estudantes necessitando de espaço no cotidiano escolar. Tais discussões devem ser introduzidas por volta dos 14 anos de idade, requerendo uma estratégia de aplicação baseada no diálogo e não devendo o tema ficar restrito às disciplinas de Ciências Naturais ou Biologia senão por todo o corpo de professores, uma vez que uma parcela significativa de estudantes deixa de ter a família como fonte principal de orientação.

Palavras-chave: orientação sexual, educação, IFSul.

ABSTRACT: Sexuality can be defined in several ways, but basically it represents the set of behaviors that relates the subject to the desire for sexual order and that manifests itself, according to the Freudian conception, already in childhood, although it is technically from puberty that it becomes evident and in the form that we will live it throughout adulthood. This work had the objective of evaluating aspects of the sexuality of students of the 1st and 2nd year of technical high school, of a campus of the Instituto Federal Sul-Riograndense in Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil, besides proposing and adopting educational measures within the school. The data collection instruments were anonymous questionnaires, answered by 118 students from five groups. The research revealed that discussion actions on topics related to sexuality are of great importance for the life of students needing space in the school everyday. Such discussions should be introduced around the age of 14, requiring a dialogue strategy and should not be restricted to the subjects of Natural Sciences or Biology, but rather by the whole body of teachers, since a significant the family as the primary source of guidance.

Keys-words: sexual orientation, education, IFSul.

Introdução

A partir dos anos 60 o tema da sexualidade vem ganhando espaço na sociedade e, por consequência, na escola. A temática foi introduzida no ambiente escolar, basicamente como uma estratégia para fazer frente às mudanças comportamentais em jovens decorrentes dos movimentos feministas e de grupos preocupados com a necessidade do controle de natalidade, dada a liberdade

sexual conquistada na década de 60. No Brasil, assim como em outros países, entretanto, a inserção da orientação sexual na escola (termo atualmente usado em substituição à “educação sexual”) operou-se a partir de anos 20 e 30, com um foco bastante conservador da manutenção de um padrão “normal” para o comportamento sexual humano (ALTMANN, 2001; 2003).

Lima (2012) explica que diferentes são os documentos oficiais que orientam o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas para a sexualidade. Nesses, há uma indicação das diretrizes e estratégias à discussão de temas como a diversidade sexual, a promoção da equidade sexual e de gênero, a melhoria da qualidade da educação e da saúde de jovens e a proteção dos direitos e as garantias dos indivíduos, entre outras. Tal situação demonstra que, em termos de instrumentos legais a escola possui orientação suficiente para o desenvolvimento de atividades voltadas para a orientação sexual dos estudantes.

Atualmente no Brasil, a orientação sexual deve ser tratada nas escolas como tema transversal (BRASIL, 1998), cuja finalidade é justamente transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados.

Contudo, observa-se que tais atividades não atingem, possivelmente pela forma que são desenvolvidas, uma parcela significativa dos jovens, o que está de acordo com as impressões de Lima (2012) sobre a efetividade das ações de orientação sexual que são desenvolvidas no ambiente escolar. Não cabe, entretanto, somente à escola a tarefa de educar sobre as mudanças no corpo e no comportamento dos estudantes durante a adolescência, mas prioritariamente, à família, conforme defende documento oficial (BRASIL, 1998), uma vez que a educação é entendida como um processo amplo que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, assim como nas instituições de ensino e pesquisa (BRASIL, 1996).

No ambiente escolar os professores atuam como agentes desta forma de educação mas cabe destacar a necessidade de capacitação técnica destes profissionais para o desenvolvimento do trabalho. Contudo, em estudo conduzido com professores no ano de 2005, por Jardim e Brêtas (2006) 45% deles não falam sobre assuntos relacionados à sexualidade em sala de aula e 67% manifestam falta de segurança para tratar destes assuntos. Possivelmente, a parcela de professores que se sente segura para abordar a temática (27%) esteja relacionada com o número de profissionais que já passaram por algum tipo de treinamento ou capacitação para falar sobre sexualidade em espaço escolar.

A abordagem da sexualidade em sala de aula, entretanto, por seu caráter transversal, não deve ficar restrito aos professores de disciplinas de Ciências Naturais ou Biologia, senão, deve ser desenvolvido pelos professores das mais diversas áreas do conhecimento (JARDIM e BRÊTAS, 2006).

Embora os trabalhos de Altmann (2003) e Vianna e Unbehaum (2004) tenham mais de uma década, destaca-se que atualmente não mudaram muito as justificativas principais à atuação mais efetiva da escola na temática da orientação sexual. Estas autoras propõem que a emergência da AIDS (e outras doenças sexualmente transmissíveis) e o aumento do número de gravidez na adolescência foi - e talvez ainda seja - o principal escopo do trabalho sobre sexualidade nas escolas. Contudo, as questões de natureza comportamental e de respeito às diferenças cabem bem nas discussões a serem realizadas na escola de nosso tempo. Estas discussões são muito oportunas uma vez que, em relação a esse aspecto, as famílias não se encontram preparadas tecnicamente para fazer uma abordagem que auxilie os jovens a conviver bem numa sociedade em mudanças com a garantia de direitos mais amplos a toda a diversidade de ordem sexual.

Ainda, Vianna e Unbehaum (2004) concluem que as questões de gênero e diversidade presentes na legislação e nas orientações, especialmente nos PCN para o ensino básico, representam significativos avanços, contudo, devem ser mais bem discutidas para efetivação dos objetivos

previstos nas normas, as quais possuem potencialidade para auxiliar os estudantes no ingresso na vida social e sexual.

Assim, este trabalho objetiva realizar uma pesquisa sobre aspectos da sexualidade entre estudantes do ensino médio (EM) técnico, em uma instituição federal, a fim de elaborar e desenvolver algumas estratégias para o desenvolvimento do trabalho de orientação sexual, dando início à discussão pela escola deste tema com seus estudantes.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada com 118 estudantes de cursos técnicos do Instituto Federal Sul-Riograndense do campus de Santana do Livramento¹, Rio Grande do Sul, Brasil, tendo sido aplicada em dezembro de 2015, sendo 81 alunos do 1º ano e 37 alunos do 2º ano do Ensino Médio de três cursos distintos. A pesquisa não oferecia riscos à saúde do escolar, mas poderia haver sensibilidade do aluno a alguma questão investigada. Neste sentido, foram tomadas algumas medidas para a proteção do adolescente e deixá-lo confortável durante a coleta de dados. Assim, a pesquisa foi realizada de modo anônimos e sigiloso, sendo facultado ao estudante a possibilidade de participar ou não da coleta de dados ou de responder a qualquer das questões incluídas na pesquisa (Anexo 1). Desta forma, a metodologia obedeceu ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13.07.1990) o qual prevê autonomia do adolescente para tomar iniciativas, como responder um questionário que não ofereça risco a sua saúde e tenha como objetivo claro subsidiar políticas de proteção à saúde para esta faixa etária.

O trabalho de coleta de dados fazia parte de um projeto de ensino, conduzido por este Professor com o apoio de mais duas técnicas de ensino (uma pedagoga e uma psicóloga) e três estudantes que se dispuseram a auxiliar nesta etapa.

A tabulação final dos dados, no entanto, foi realizada somente pelo orientador do projeto, sem que as voluntárias tivessem conhecimento do teor das respostas dos demais estudantes.

Resultados e discussão

Dos estudantes que participaram respondendo aos questionamentos, 63 eram meninos (54,8%) e 52 meninas (45,2%), sendo que três dos estudantes, não informaram o sexo.

A idade média dos alunos pesquisados foi de 15,7 anos (15,3 para alunos de 1º ano e 16,3 para alunos do 2º ano).

Em relação ao número de estudantes que já ingressaram na vida sexual, os dados mostraram coerência com a pesquisa PeNSE 2015 (IBGE, 2016) a qual diz que o percentual de escolares que já tiveram iniciação sexual aumenta com a idade. Neste contexto, 41% dos alunos manifestaram que já haviam tido uma primeira experiência sexual, dados bastante semelhantes à população de 10.926 estudantes analisados na PeNSE 2015 para todo o Brasil: 40,85%.

O trabalho apontou que as médias de idade para a iniciação sexual são de 14,3 anos para alunos do 1º ano e de 15,4 para alunos do 2º ano, com uma média geral de 14,7 anos (Figura 1).

Chamou a atenção o número de estudantes que relataram não ter utilizado preservativos (masculino ou feminino) em sua primeira relação sexual, 23% (alunos do 2º ano), sendo este dado um ponto percentual maior quando investigados alunos do 1º ano. A PeNSE 2015 mostra que, a nível nacional, o número de estudantes que deixa de usar preservativos na primeira relação sexual é ainda maior, 36,05%.

¹ No texto há uma diferença na redação do nome do município: "Sant'Ana do Livramento" e do campus: "Santana do Livramento" dada, a primeira forma, pela redação encontrada na Lei Orgânica do Município (atualizada em 25 de maio de 2012) e a segunda forma, quando identifica o campus, seguindo a redação dada pelo Instituto Federal Sul-Riograndense.

Em geral, as escolas deixam de atender com orientações sexuais mais básicas quase 1/4 dos estudantes, uma vez que 74,7% dos escolares receberam algum tipo de orientação sobre prevenção de gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis na faixa etária de 13 a 17 anos, segundo a PeNSE (2015).

Essa informação demonstra que um número importante de alunos em idade para iniciar a vida sexual poderá começar sem informações básicas sobre como evitar doenças ou, ainda, correndo o risco de assumir uma gravidez com implicações para os jovens em idade escolar.

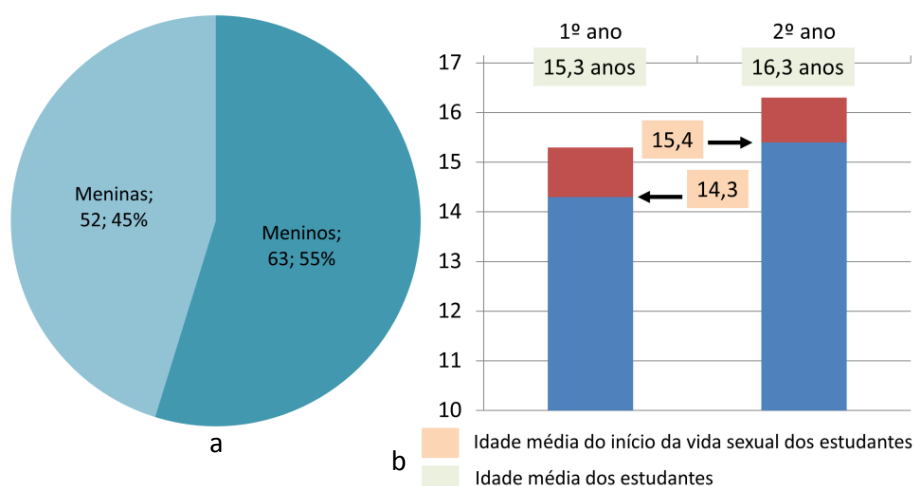


Figura 1. (a) Distribuição dos sexos entre os entrevistados: número e percentual e (b) Idade média dos entrevistados e idade de início da vida sexual dos estudantes (idade média entre o 1º e 2º ano: 14,7).

As orientações dos PCN sobre orientação sexual (BRASIL, 2008) defendem que o profissional que atua nesse campo da educação junto aos alunos pode ser de qualquer disciplina ou outra função na escola (orientador educacional, coordenador pedagógico ou psicólogo, por exemplo). O importante é que seja alguém que tenha bom contato com os alunos, caracterizando-se pela confiança que imprime e a capacidade de acolher as expectativas, opiniões e dúvidas, conduzindo debates sem impor suas opiniões.

Dado importante foi obtido ao avaliarmos o uso do preservativo na segunda relação sexual, em caso desta já haver ocorrido. Nesse caso, o mesmo percentual de estudantes que deixou de utilizar o preservativo na primeira relação foi encontrado. Esse dado chama a atenção por dois motivos: primeiro, que os estudantes podem adquirir certa confiança de que o preservativo não é necessário para evitar doenças e gravidez, segundo, que o número só se mantém estável quando avaliado o conjunto de alunos do 1º e do 2º ano, já que para os 81 alunos do 1º ano o número passou dos 23 para 33% entre os que deixaram de fazer uso do preservativo em uma segunda relação sexual. De qualquer forma, os 23% de estudantes que deixam de usar preservativos na primeira ou segunda relação sexual estão de acordo com os dados do DATASUS (BRASIL, 2017). Este documento informa que 20,2% dos partos realizados pelo SUS no Brasil são de jovens entre 10 e 19 anos (dado da média dos anos 1996, 2000, 2004 e 2007). Assim, estes percentuais de falta de proteção nas primeiras relações podem estar diretamente associados ao percentual de meninas que buscam o sistema de saúde público para a realização de partos no período em que estas jovens estão em idade escolar.

Considerando as experiências homoafetivas ocorridas sexual (2% deste grupo) manifestou já ter tido uma experiência com alguém do mesmo sexo. Contudo, o número de estudantes que manifestaram ter interesse em ter uma relação desta natureza foi de 10,2%, distribuídos igualmente

entre meninos e meninas. Este dado mostra a intenção de uma relação homoafetiva, pois pelo menos 4,2% do total de entrevistados, distribuídos de forma equilibrada entre meninos (dois) e meninas (três), dizem já ter beijado ou trocado algumas carícias com pessoas do mesmo sexo.

Outro destaque foi o dado relativo ao conhecimento dos alunos sobre meninos e meninas de sua mesma faixa etária que já seriam pais ou mães. Neste contexto, 84% dos estudantes relataram conhecer outros adolescentes que já são pais ou mães, indicando, portanto, que tiveram suas relações sexuais de forma desprotegidas e, por isso, passam prematuramente pela experiência da paternidade ou maternidade.

Em relação à questão de orientação sexual ou, pelo menos, considerando a discussão de algum tema correlato com os pais ou responsáveis, 30% dos alunos indicaram que este assunto nunca foi tratado no seio familiar. Essa informação mostra que este assunto é considerado por muitas famílias como um tabu, necessitando ser abordada e trabalhada com o objetivo de abranger de forma eficiente, o maior número de jovens que necessitam deste tipo de informação e não a recebem no convívio familiar.

Este dado reforça ainda mais a importância da discussão deste tema na escola, uma vez que uma parcela importante de jovens (número superior, mas próximo do percentual de jovens que deixou de usar preservativos em sua primeira relação sexual, segundo esta pesquisa) tem deixado de receber dos responsáveis este tipo de informação. Discussões desta natureza que forem conduzidas de forma natural e tranquila no meio familiar podem permitir um ingresso na vida sexualmente ativa com maior segurança por parte dos jovens que estão vivenciando a descoberta de sua sexualidade como um dos marcos desta etapa tão importante da vida.

Outro dado relevante foi o relato de que 13,8% dos estudantes informou que conhece alguma menina que já tenha praticado aborto, por qualquer mecanismo de ação. Este dado mostra que este procedimento tem sido adotado na comunidade em estudo como uma saída para evitar problemas de condução de uma gestação indesejada, conflitos familiares e interrupção de estudos. Assim, tais acontecimentos também podem ser fruto da desinformação, falta de diálogo no meio familiar, ou ainda, ausência de discussão do tema meio escolar. Outro fator pode ser apontado como imprudência ou negligência dos jovens que deixam deliberadamente de adotar medidas preventivas em relação à gestação ou aquisição/transmissão de doenças veiculadas sexualmente.

Sexualidade e escola: alguns caminhos possíveis

Os dados encontrados a partir da pesquisa deram amparo para a proposição de medidas no meio escolar e para a adoção imediata de algumas providências. Destaca-se, entre estas estratégias, a proposição de encontros e palestras com pais e com estudantes para introdução de temas e incentivo ao diálogo.

Em relação aos alunos, os temas principais da orientação sexual foram introduzidos durante as horas-aula regulares da disciplina de Biologia I e II por constarem no programa da disciplina. Reconhece-se, entretanto, que a temática merece ser abordada de forma transversal, conforme prevista pelos PCN, o que exige preparo dos professores de outras disciplinas para que este tipo de trabalho transcorra de forma segura. Durante as aulas de Biologia, os temas foram discutidos de forma dinâmica baseada em uma apresentação rápida de um destes temas e a posterior discussão com os alunos, fornecendo as respostas a questionamentos diversos, os quais podiam ser realizados no conjunto da turma, de forma oral ou escrita ou, posteriormente, de forma individual ao Professor.

Dados iniciais do trabalho foram divulgados em um evento regional (IBARGOYEN, 2016), tendo sido analisados até aquela oportunidade 46,2% dos entrevistados. Os resultados preliminares do trabalho também subsidiaram o desenvolvimento de reflexões no âmbito das turmas de cursos integrados do campus.

Ainda promoveu-se palestras com a Coordenação Municipal de DST, HIV, AIDS, HV, Hanseníase e Tuberculose da Secretaria Municipal de Saúde (Figura 2). Nessas oportunidades, informações gerais foram compartilhadas com os estudantes o que promoveu interessante debate sobre as dúvidas gerais dos alunos.

Os principais temas colocados em discussão com os alunos foram: medos e tabus; o corpo em desenvolvimento; por que tratar de sexualidade na escola?; gravidez na adolescência; dados estatísticos dos casos de gravidez na adolescência em relação à escolaridade e ao uso de preservativos pelos jovens; avanços das doenças sexualmente transmissíveis no Brasil no estado e no município; namorar e “ficar”; masturbação; virgindade; hetero e homossexualidade; sexualidade e proteção; felicidade e vida adulta, entre outros.



Figura 2. Diferentes momentos de uma das palestras promovidas pelo grupo, após a análise de dados preliminares do projeto dada a necessidade de tratar da temática das doenças sexualmente transmissíveis e das opções de apoio no diagnóstico e tratamento no município.

Em função dos resultados acerca da utilização ou não de preservativos durante as relações sexuais, foi desenvolvida em todas as turmas do campus (inclusive outras não envolvidas na coleta de dados), uma discussão sobre a necessidade de utilização do preservativo, tanto masculino como feminino. Assim, disponibilizou-se *dispensers* para a distribuição de preservativos nos banheiros destinados ao uso dos alunos. A seleção do local (banheiros) se deu pela possibilidade de surgir, entre os jovens, constrangimento ao recorrerem aos preservativos em ambiente de convivência dos estudantes, como corredores ou área central do campus. Estes *dispensers* de acrílico (Figura 3) foram fornecidos gratuitamente, assim como uma grande quantidade de preservativos, pela Secretaria de Saúde do município de Sant'Ana de Livramento.



Figura 3. *Dispensers* utilizados para a distribuição de preservativos na escola. (a) *Dispenser* para preservativos femininos (na fotografia ainda são mostrados alguns masculinos no *dispenser*); (b) e (c) *Dispenser* no sanitário feminino de alunas; (d) e (e) *dispenser* no sanitário masculino de alunos. (Fotografia (a): Luciano Moura de Mello; Fotografias (b-e): Gabrieli Yasmin Cabreira Noro).

Outra proposta apontada pela discussão dos resultados foi a submissão de um projeto de extensão coordenado por Professor do Instituto, com atividades desenvolvidas totalmente pelos estudantes para levar a outros jovens, de outras escolas públicas do município, discussões baseadas em temas eleitos sobre orientação sexual.

Para que as ações de orientação sexual na escola tenham efeito geral, esta temática deve ser introduzida desde as séries iniciais, na medida em que os professores de todas as áreas do conhecimento devem estar preparados para corresponder à confiança do aluno de lhes dirigir perguntas, procurando responder de forma direta e com tranquilidade à curiosidade natural que eles têm sobre este tema. Assim, visando evitar-se possíveis gestações indesejadas ou a aquisição/transmissão de DST com o início da vida sexual, os educadores devem desenvolver, por volta dos 14 anos de idade, estratégias baseadas no diálogo na abordagem desta temática. Estas estratégias devem, sempre que possível, envolver os pais e responsáveis a fim de destacar a necessidade de tratamento deste tema também no âmbito familiar.

Considerações finais

Os estudantes, pelo menos em uma significativa parcela como demonstram os dados, têm ingressado na vida sexual cada vez mais cedo. Pela falta de acesso à discussão deste importante tema no âmbito familiar estes jovens têm deixado de utilizar os métodos para evitar doenças sexualmente transmissíveis e possíveis gestações indesejadas.

A imaturidade dos estudantes para a avaliação das consequências de uma gravidez precoce e o número de pessoas que indica a prática de aborto entre os jovens no município mostra que os jovens têm se submetido tanto aos riscos diretos à sua saúde quanto à possibilidade de produzir, por imprudência, prejuízos para sua vida escolar com a maternidade ou paternidade precoce e indesejada.

Desta forma, a importância da discussão desta temática e a conscientização dos estudantes sobre a sexualidade responsável leva para a escola, através da orientação dada pelos documentos oficiais, um relevante, mas pouco trabalhado, papel na preparação dos jovens para uma vida plena e realizada.

Agradecimentos

Pelo apoio na seleção das questões de pesquisa agradeço às colegas **Patrícia Soares Khairallah** (Pedagoga) e **Gabriela Oliveira Guerra** (Psicóloga). Pelo apoio na coleta de dados agradeço às estudantes **Manuella Raffone Fernández Ibarгойen**, **Izadora Rizzo do Nascimento** e **Manuela Salette da Cruz**. Agradeço ainda à Diretora do campus na ocasião, Prof. Me. **Roberta Bermudes dos Santos Silva**, pelo apoio na condução do trabalho.

Referências

ABU-JAMRA ZORNIG, Sílvia Maria, As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. **Psicologia em Estudo**. 2008. 1373-1377. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122106009>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/9637/8868>. Acesso em 11 de outubro de 2017.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, (21): pp.281-315. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a12>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

Sexualidade e escola: relato de uma experiência com estudantes de ensino médio no Instituto Federal Sul-Riograndense em Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul
Luciano Moura de Mello

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei federal nº 9394/96. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 11 de outubro de 2017.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Orientação sexual**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 285-336. Disponível em <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 15 de outubro de 2017.

IBARGOYEN, Manuela Raffone Fernández; NASCIMENTO, Izadora Risso; CRUZ, Manuela Salette da.; GUERRA, Gabriela Oliveira; KHAIRALLAH, Patrícia Soares, MELLO, Luciano Moura de. PROJETO SEXUALIDADE NA ESCOLA: DADOS PARCIAIS DA PESQUISA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO DO IFSUL - SANTANA DO LIVRAMENTO. **Congrega URCAMP**. 11ª Mostra de Iniciação Científica Júnior. 2016. Disponível em <http://trabalhos.congrega.urcamp.edu.br/index.php/micir/article/view/1072/890>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015 (PeNSE 2015)**. Rio de Janeiro, 2016. 132 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2017.

JARDIM, Dulcilene Pereira; BRÊTAS, José Roberto da Silva. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Mar-abr; 59(2): 157-62. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n2/a07>. Acesso em 11 de outubro de 2017.

LIMA, Edenilse Batista. Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação. **VI Colóquio internacional: Educação e contemporaneidade**. São Cristóvão, SE. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Informática do SUS - **DATASUS**. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6936>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

PONTES, Ângela Felgueiras. **Sexualidade: vamos falar sobre isso? Promoção do desenvolvimento psicossocial na adolescência: implementação e avaliação de um programa de intervenção em meio escolar**. Doutorado. Porto: Universidade do Porto. 2010.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

ANEXO 1

Questões distribuídas aos estudantes do 1º e 2º anos do EM técnico integrado do Instituto Federal Sul-Rio-grandense, campus de Santana do Livramento

1. Qual o sexo do entrevistado?
2. Idade?
3. O(a) entrevistado(a) já teve alguma relação sexual?
4. Caso já tenha tido alguma experiência sexual, com quantos parceiros(as) diferentes estas ocorreram?
5. Durante a relação sexual, usou preservativo (masculino ou feminino) na primeira vez?
6. Caso já tenha tido relações sexuais com mais de um parceiro(a), utilizou preservativo com os(as) demais?
7. Com quantos anos completos ocorreu sua primeira relação sexual?
8. Já teve relação com alguém do mesmo sexo?
9. Se não teve nenhuma relação sexual com pessoas do mesmo sexo, gostaria de experimentar a relação com alguém do mesmo sexo?
10. Já beijou ou trocou carícias com alguém do mesmo sexo?
11. Você conhece alguém da sua mesma faixa etária que já é pai ou mãe?
12. Já tratou pelo menos uma vez ou costuma tratar de sexualidade com seus pais ou responsáveis?
13. Fez, ou conhece pessoalmente, alguém que tenha realizado aborto?